



## **ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência o senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores, bom dia aos aposentados presentes neste Plenário. Hoje, 12 de novembro é comemorado o "Dia Estadual do Pantanal", uma homenagem ao bioma Pantanal. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Solicito ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, antes da leitura da ata, eu gostaria que fosse registrada a justificativa da ausência da deputada Gleice Jane, que se encontra no município de Corumbá, realizando a audiência pública "Queimadas e os Impactos nas Comunidades Tradicionais do Pantanal". *“Ata da Centésima Primeira Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* **PEQUENO EXPEDIENTE** – *Lida e aprovada a Ata de número Cento e Dezesseis da Centésima Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 259/2024, do Poder Executivo; Ofício nº 34.399/2024, da Agência Nacional de Transportes Terrestres; Ofício nº 343/2024, da Prefeitura Municipal de Dourados; Ofício da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande; e-mail da Sanesul.* **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – *Usaram da palavra os deputados Caravina, Pedro Kemp, Antonio Vaz, Renato Câmara e Roberto Hashioka. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Professor Rinaldo, Lia Nogueira e Gleice Jane.* **GRANDE EXPEDIENTE** – *Usou da palavra o deputado Professor Rinaldo.* **ORDEM DO DIA** – *Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, os Projetos de Lei nºs 239 e 223/2024, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 212/2024, de autoria do Poder Judiciário. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 13/2024, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 234/2024, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao senhor Jaime Elias Verruck, pela condução e implementação do Projeto de Melhoramento Genético da Bovinocultura Leiteira em nosso estado; requerimento de moção de apoio, de autoria do deputado João Henrique, endereçada ao senhor Donald Trump, 45º e o próximo 47º presidente dos Estados Unidos da América, pela vitória nas eleições no corrente dia, com declaração de votos contrários da deputada Gleice Jane e deputado Pedro Kemp; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada à reitora do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), Elaine Cassiano, à diretora-geral do Campus IFMS de Coxim, Angela Kwiatkowski, e ao diretor de administração do Campus IFMS de Coxim, André Luiz Barbosa, pelo exemplar empenho na expansão e melhoria das instalações e serviços oferecidos à comunidade acadêmica do Campus Coxim, cuja inauguração se deu no último dia 4 de novembro. Indicações, de autoria dos deputados Antonio Vaz, Renato Câmara, Zé Teixeira, Pedrossian Neto, Neno*



Razuk e Pedro Kemp. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, sete de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro". Foi lida a ata, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, que proceda à leitura do expediente.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores e senhoras deputadas! Comemora-se hoje o "Dia do Pantanal", o maior bioma de Mato Grosso do Sul. Expediente da Sessão Ordinária do dia 12 de novembro 2024: Mensagem nº 70/2024, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 6.032, de 26 de dezembro de 2022, na forma que especifica, e dá outras providências" (Prot. nº 03624/2024); Ofício nº 267/2024, Poder Executivo, solicitando alteração no anexo, ora encaminhado, do Projeto de Lei nº 246/2024, de autoria do Poder Executivo, que altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 5.780, de 13 de dezembro de 2021, nos termos que menciona, e dá outras providências; Ofício nº 975/2024, do Ministério da Agricultura e Pecuária, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 2431/2024); Ofício nº 145/2024, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 2453/2024); Ofício da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 3148/2024); Ofício nº 2024/01048, da Prefeitura Municipal de Nova Andradina, respondendo às indicações da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 3122/2024); Ofícios nºs 2.222 e 2.223/2024, da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A (Sanesul), respondendo às indicações dos deputados Caravina e Lia Nogueira (Prot. nºs 2215, 2263/2024). Senhor presidente, está lido o expediente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à Segunda Parte do **Pequeno Expediente**. Solicito ao deputado Paulo Corrêa que assuma a presidência para que eu possa fazer o uso do Pequeno Expediente.

**DEPUTADO GERSON CLARO** (PP) — Senhores deputados, senhoras deputadas, mais uma vez lembrando a Lei nº 5518, que reconhece a importância do bioma Pantanal para nossa cultura, para a nossa economia e para a biodiversidade. O Pantanal é um patrimônio do Brasil e do mundo e a sua preservação, agora com a Lei do Pantanal, exige o nosso empenho, especialmente no enfrentamento de incêndios que ameaçam a rica fauna e a flora da região. Que esta data seja uma homenagem ao ambientalista Francisco Anselmo de Barros, símbolo de luta pela defesa do meio ambiente. Reafirmamos o nosso compromisso, como Poder Legislativo, de políticas públicas que assegurem a sustentabilidade do Pantanal, garantindo que o Pantanal continue a ser fonte de vida e riqueza para as futuras gerações. Quero pedir licença aos senhores deputados para usar o Pequeno Expediente. Por deliberação do Plenário, aprovamos a resolução que marca a data da eleição da Mesa Diretora para o próximo biênio 2025/2026, para amanhã. Portanto, amanhã, a pauta será resumida à eleição da Mesa Diretora que é a responsável por atender os trabalhos do Poder Legislativo e dos deputados sul-mato-grossenses, no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas públicas para que o Mato Grosso do Sul possa ser um estado pujante. Eu, como presidente deste biênio, quero agradecer a confiança que tive junto à Mesa Diretora, junto aos pares, e dizer que estamos caminhando para o final deste ano com



o sentimento de que o nosso dever está sendo cumprido dentro daquilo que prevê o Regimento Interno, a nossa Constituição Estadual, buscando fazer desta Casa da Democracia, a Casa do povo sul-mato-grossense, abrindo a Assembleia Legislativa com responsabilidade, com compromisso de desenvolvimento de Mato Grosso do Sul para que ela seja efetivamente a Casa de grandes debates de políticas públicas. E, para que isso aconteça, eu mais uma vez uso o Pequeno Expediente para dizer, deputado Paulo Duarte, que de acordo com o nosso Regimento, temos até amanhã, momentos antes da eleição, para apresentar chapas ou candidaturas individuais. Nós conversamos muito durante esses últimos dias e eu gostaria de fazer um apelo para que, efetivamente, a gente construa um consenso para continuarmos nesse trabalho pelo Mato Grosso do Sul, discutindo os interesses corporativos, os interesses do desenvolvimento e as políticas públicas que interessam para o Mato Grosso do Sul, trabalhando para as pautas que virão, educação de tempo integral, desenvolvimento com sustentabilidade, matriz energética. Essas são pautas que interessam ao Mato Grosso do Sul, deputada Lia, e para isso a maturidade deste Parlamento tem sido essencial, como por exemplo, quando se discutiu aqui as políticas públicas voltadas para os aposentados, que tiveram e merecem mais avanços, assim como para a questão das políticas públicas dos servidores públicos e para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul. Eu, como presidente deste biênio, volto a dizer que o processo é livre e democrático, todo mundo pode se inscrever até amanhã para disputar a eleição da Mesa Diretora, mas eu quero fazer um apelo para que os deputados que já manifestaram interesse, com todo o direito democrático que têm, façam uma reflexão para que possamos encerrar essa pauta ainda hoje, construindo um consenso e fazendo com que o nosso Parlamento seja da maturidade e da democracia. Eram essas as minhas considerações. Obrigado. Pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Senhor presidente, o doutor João Leite Schmidt, amigo do governador Zeca do PT, falava uma frase que pato novo não mergulha fundo. Eu cheguei a esta Casa este ano, portanto nesse aspecto sou pato novo, mas exerço aqui o meu quarto mandato e com a permissão dos meus colegas, mesmo porque tenho uma relação muito respeitosa com todos, gostaria de me manifestar. Ouvi atentamente a sua manifestação e acho que, nesses últimos dias, aconteceu nesta Casa uma coisa salutar, sem nenhum tipo de agressão, uma manifestação livre, democrática e normal de pessoas que eventualmente pretendem disputar os cargos mais relevantes e importantes da Mesa Diretora. Antes de mais nada, eu queria dizer nessa manifestação singela e pessoal, tirando raríssimas exceções como o Zé Teixeira, o Londres, e mais alguns aqui, que nós não sabemos quem vai estar aqui em 2026, mas mesmo assim acho importante defender aquilo que penso. Ao longo da semana, eu estive conversando com vários colegas e talvez as pessoas não saibam a importância que tem a Mesa Diretora, que não é chefe de nenhum deputado, mas exerce um papel importante nas discussões e nos encaminhamentos, embora cada deputado e deputada seja livre para votar do jeito que bem entender, democraticamente. Eu tenho observado a forma diferente de a Assembleia agir, de se mostrar para a população, estando mais aberta, sendo mais democrática ao receber as pessoas aqui para fazer as suas reivindicações de forma justa, às vezes dura, mas isso faz parte do jogo. A condição tem sido positiva e como pato novo que sou, acho justo e legítimo que quem estiver aqui em 2026 trate com antecedência, discuta a renovação de novas pessoas que querem e desejam ocupar cargos importantes, porque senão a gente não consegue fazer o processo natural da democracia, que é o processo de renovação. Estou fazendo um exercício, ainda que ninguém saiba quem vai estar aqui. O deputado Coronel David é um homem que eu respeito, foi comandante da Polícia Militar no governo do ex-governador Zeca do PT, é uma pessoa por quem tenho grande apreço e admiração, embora tenhamos pensamentos diferentes, o que é natural da democracia. Deputado Coronel



Davi, o senhor fez uma livre, democrática e respeitosa manifestação, e sem querer fazer nenhuma interferência na sua reflexão, quero pedir que neste momento tão importante para a Assembleia a gente trabalhe num consenso, não para calar vozes e manifestações, mas para fortalecer o Parlamento. A gente diverge, briga, discute, mas é importante ter coragem de defender o Parlamento, essa instituição tão atacada na maioria das vezes, mas fundamental para a democracia. Então, em nome disso e não em nome de calar, de impor, mas de fortalecer, gostaria que o Coronel David refletisse para caminharmos aqui nessa unidade, já pensando que lá na frente a hora da renovação vai chegar. Muito obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Neno Razuk.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Senhor presidente, eu venho ressaltar o trabalho da Casa e dizer que a união que ela vem demonstrando é muito boa para o Parlamento, para a população de Mato Grosso do Sul. De antemão eu digo que meu voto é do Coronel David, mas creio que essa reflexão não deve ser só dele, mas também do governo sobre a direita, porque a direita no Mato Grosso do Sul faz diferença em todas as eleições e a renovação, como bem disse o Paulo, é necessária na sua hora certa. Assim como disse o Paulo, já pensando em 2026, a renovação vai ser muito grande, aqui há figuras que têm cadeira cativa neste Parlamento, e o Coronel David é uma dessas figuras. A direita tem que ser mais valorizada, mais representada e precisa ter mais espaço aqui. Em 2026 será o momento de a direita mostrar o seu valor, mostrar a sua capacidade. Tenho certeza de que se a direita tivesse lançado candidatura à prefeitura de Campo Grande, teria feito diferença, inclusive o Coronel David poderia ter sido nosso prefeito em Campo Grande, não tenho dúvida disso. Então, nas eleições de 2026 nós vamos mostrar a nossa capacidade, mostrar a nossa diferença, só que hoje eu venho fazer um apelo para que haja união nesta Casa, para o bem de Mato Grosso do Sul. Era o que tinha, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Senhor presidente, pela ordem. Aqui é a Casa da divergência e da convergência, nós representamos e fazemos parte da mesma sociedade e por isso é natural que haja divergências, mas o que importa na composição da Mesa é o respeito às faces da sociedade, à manifestação e, acima de tudo, ao estabelecimento de consensos mínimos para podermos avançar. Eu tenho para mim que quando presidi esta Casa, nos dois mandatos consecutivos, foi justamente no sentido de construir consenso, por isso a gente evoluiu. Nem sempre as coisas são como a gente quer, mas também deve haver respeito à maioria, já que nós vivemos em um regime democrático. Presidente, quero parabenizá-lo pela condução ao longo de seu primeiro mandato. Eu entendo que temos que buscar o consenso com relação à eleição da nova Mesa Diretora, tendo uma chapa única, que uma todos nós. Esse é um momento de nos mantermos unidos e conduzirmos o Poder Legislativo como o Poder que, legitimamente, representa a sociedade sul-mato-grossense. Era só, senhor presidente.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.



**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Senhor presidente, senhores deputados, eu tive o privilégio de ser primeiro-secretário nesta Casa por quatro vezes, duas na presidência do deputado Junior Mochi e duas na presidência do meu amigo Paulo Corrêa. Nós já conversamos, fizemos um consenso, porque o serviço prestado pela Mesa Diretora desta Casa está a contento da sociedade e dos pares. Na verdade, houve uma conversa, inclusive saiu na imprensa que poderia haver uma disputa com a pretensão do deputado Coronel David. Assim sendo, a imprensa me perguntou e eu disse que já tinha assinado o consenso referendando a continuação da atual Mesa Diretora, mas como o nosso partido tem a maior bancada aqui na Casa, se houver uma disputa, eu colocarei o meu nome, a minha experiência, o meu trabalho para os pares avaliarem. Mas, quero dizer que sou favorável à Mesa Diretora que está presente, já que Vossa Excelência tem feito um trabalho brilhante, assim como o primeiro-secretário e todos os outros membros da Mesa. Então, que permaneça essa harmonia que existe hoje no Mato Grosso do Sul. Muito obrigado.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB)** — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcio Fernandes.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB)** — Senhor presidente, pelo visto a questão da Mesa Diretora está resolvida, já que há um consenso dos colegas para a permanência. Eu gostaria de parabenizar, nesta data de hoje, 12 de novembro, que além do "Dia do Pantanal", também é o "Dia do Laçador", uma lei de minha autoria, de 2011. Quero dizer que aqui no Mato Grosso do Sul há mais de quarenta mil laçadores, tem a Federação de Laço com trinta e três clubes filiados, e tem o maior e mais organizado esporte que une a família, laça o avô, a avó, o filho, o neto, enfim. Era só, senhor presidente.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Eu peço a atenção dos deputados. Senhor presidente, como deputado desta Casa, senti-me legitimado a lançar o meu nome ao cargo de primeiro-secretário. Não é uma questão pessoal, nunca foi, mas uma aspiração. Ouvi os colegas, a quem rendo as minhas homenagens, e agradeço pelas palavras carinhosas, como as do deputado Paulo Duarte. Não seria da minha parte o problema, senhor presidente, já que sou um homem muito disciplinado. Embora eu seja sempre muito determinado nas questões que quero realizar, estou consciente de que não podemos enfrentar algo que a Casa sente que é a melhor alternativa neste momento. Vossa Excelência sempre teve uma palavra corajosa, determinada e vem mudando o Poder Legislativo de Mato Grosso do Sul. Então, por essa razão e também pelo respeito muito grande e carinho dos colegas deputados comigo, junto-me ao desejo da maioria de união em torno de uma proposta coesa. Vou assinar com o senhor a chapa da manutenção da Mesa Diretora atual porque sei que é o desejo da maioria dos deputados, e essa chapa vai contar com o meu irrestrito apoio a partir de agora.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Coronel David, conhecendo a responsabilidade e a grandeza de Vossa Excelência, não tenho dúvida de que sua contribuição, como parlamentar, como pessoa pública de Mato Grosso do Sul, só engrandece a política do estado. Quero dizer a Vossa Excelência que nós continuaremos à disposição, a serviço do Mato Grosso do Sul. Amanhã, uma vez consolidada essa chapa, pode ter certeza que estarei a seu serviço, Coronel. Já teve ocasião em que eu disse que aqui o presidente nada mais é do que um síndico a serviço dos demais deputados e a serviço do Mato Grosso do Sul. Agradeço a grandeza da sua decisão e garanto a Vossa Excelência que saberemos honrar a confiança e esse gesto de uma pessoa pública que está acima de políticas de somenos. O gesto de Vossa Excelência, reitero, está engrandecendo a política sul-mato-grossense. Que Deus nos abençoe, que possamos honrar o Mato Grosso do Sul. Obrigado. Com a palavra o deputado Pedrossian Neto... Deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente, quem nos acompanha pela Rádio e TV Alemis; uma especial saudação aos nossos colegas aposentados e pensionistas, carinhosamente chamados de Smurfs, todos de azulzinho. Senhor presidente, trago hoje um projeto de lei que institui, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, ações de incentivo à Política de Atenção à Oncologia Pediátrica e dá outras providências. Artigo 1º - Fica instituída, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, ações de incentivo à Política de Atenção à Oncologia Pediátrica, com o objetivo de estabelecer diretrizes e instrumentos voltados à implementação de uma linha de cuidados complementares destinada a crianças e adolescentes em tratamento oncológico. Parágrafo único - A Política de Atenção à Oncologia Pediátrica garantirá a integração entre os serviços de saúde especializados, redes de apoio e os familiares dos pacientes, respeitando os protocolos de tratamento e assistência conforme estabelecido pelos órgãos competentes. Artigo 2º - A linha de cuidados complementares de que trata esta lei poderá compreender: I - Atendimento multiprofissional com suporte psicossocial para pacientes e familiares, incluindo, mas não se limitando a psicólogos, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais. II - Acesso a tratamentos complementares, tais como terapias alternativas, atividades terapêuticas e recreativas que promovam a qualidade de vida durante o tratamento e estimulem o bem-estar psicológico e social do paciente. III - Ações educativas voltadas ao acompanhamento contínuo e à prevenção de agravos relacionados ao tratamento, incluindo palestras, campanhas e orientações sobre cuidados domiciliares e apoio emocional. IV - Suporte nutricional, fisioterápico e psicológico adequado para o pleno desenvolvimento do paciente pediátrico. Artigo 3º - Ficam incluídas na Política de Atenção à Oncologia Pediátrica: I - Ações de sensibilização da população sobre a importância do diagnóstico precoce e dos cuidados necessários durante o tratamento oncológico infantil. II - Capacitação e formação contínua dos profissionais da saúde para o cuidado especializado em oncologia pediátrica, garantindo que as equipes de saúde estejam preparadas para oferecer um atendimento humanizado e técnico de alta qualidade. Artigo 4º - O Poder Executivo poderá firmar parcerias com instituições privadas a fim de garantir que as ações da Política de Atenção à Oncologia Pediátrica sejam implementadas. Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Senhor presidente, é um projeto de lei importante que institui ações de incentivo à Política de Atenção à Oncologia Pediátrica, importante para crianças que passam por essa situação difícil: é uma forma, enfim, de melhorar esse atendimento — durante sua tramitação falaremos mais sobre ele. Senhor presidente, gostaria de chamar a atenção de Vossa Excelência e dos demais pares para a indicação que vou apresentar agora. Eu tenho sido procurado por vários prefeitos, deputado Jamilson, deputado Junior Mochi (que já foi prefeito), principalmente por aqueles que estão para assumir o mandato pela primeira



vez agora em janeiro. Eles têm falado sobre a situação do programa que o Tribunal de Contas está implantando, que é o e-Sfinge [Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão]. Estou apresentando então uma indicação, que gostaria fosse assinada por todos os pares, porque assim teremos mais força para sensibilizar o presidente do Tribunal de Contas, conselheiro Jerson Domingos, sobre a necessidade de adiar o início da vigência do e-Sfinge. Eis a indicação. Indico à Mesa, nos termos regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao senhor presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, conselheiro Jerson Domingos, solicitando o adiamento, por no mínimo seis meses, do início da vigência do Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e-Sfinge), instituído pela Resolução TCE/MS nº 225, de 18 de setembro de 2024, em razão da necessidade de tempo adequado para adaptação ao sistema, sobretudo por parte dos gestores eleitos na eleição de 2024, que não tiveram capacitação adequada para operar na nova plataforma do TCE/MS, que abrange áreas complexas, como planejamento orçamentário, atos jurídicos, execução orçamentária, registros contábeis, gestão fiscal e tributos, evitando-se assim possíveis falhas no cumprimento das exigências do TCE/MS e garantindo-se a plena eficácia do sistema. São vários prefeitos que estão assumindo o mandato pela primeira vez. É um sistema complexo importante, que vai melhorar, sim, a gestão, é um bom sistema de integração, mas muitos ainda não tiveram tempo de se adequar. Além disso, muitos prefeitos podem querer mudar sua assessoria de informática, trocar a empresa que faz a informática da contabilidade — e aí não dá para trocar porque fica-se preso a esse sistema que será implantado a partir do início de janeiro. Daí então esse pedido — que, repito, gostaria que todos subscrevessem — que gostaria de ver encaminhado o mais rápido possível para que o presidente do TCE, conselheiro Jerson Domingos, promovesse uma resolução ainda este ano adiando o início da vigência do e-Sfinge, por no mínimo seis meses. O deputado Paulo Corrêa falou em um ano, acho razoável, mas no mínimo seis meses para que os prefeitos tenham tempo de tomar pé da situação com suas novas equipes. Isso vai evitar que tenhamos mais multas aplicadas aos gestores públicos municipais. É um pedido importante e, de novo, peço o apoio dos colegas para que possamos sensibilizar o presidente do TCE, de modo que ele faça essa alteração, promova essa resolução, dando um prazo maior, de pelo menos mais seis meses antes da efetiva implantação do e-Sfinge. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Permita-me, presidente, complementar e parabenizar alguns municípios que estão de aniversário hoje: Batayporã, Anaurilândia, Naviraí, Jateí e Ivinhema - sessenta e um anos. São vários aniversários na mesma data, senhor presidente, e fica difícil estar em todos os locais, mas estão de parabéns as respectivas gestões municipais, principalmente suas populações.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, eu quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao doutor Ramon Ávila Milhan Junior, procurador-geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando providências cabíveis no sentido de ser apurado possível cometimento de crime de apologia ao nazismo, por parte do servidor público municipal de Campo Grande, senhor Anderson Gonzaga da Silva Assis, atualmente respondendo pela Secretaria Especial de Segurança e Defesa Social da Capital, ocorrido durante reunião com membros da Ronda Ostensiva Municipal, no início do corrente ano.



Em um áudio amplamente divulgado nas redes sociais e na mídia local, durante uma reunião com membros da ronda ostensiva municipal o secretário especial de Segurança e Defesa Social de Campo Grande, senhor Anderson Gonzaga da Silva Assis, elogiou a liderança de Adolf Hitler. A gravação aconteceu no começo do ano em uma reunião do secretário que também é membro da Guarda Civil Metropolitana, com guardas que protestavam por melhorias salariais. Segundo degravação do áudio, o servidor público Anderson elogia Adolf Hitler, o líder nazista responsável pelo maior genocídio da história da humanidade, o holocausto, afirmando "A Alemanha é a potência que é hoje graças ao Hitler, estrategista, um cara inteligente, foi ditador, sim, conquistou o que conquistou graças às estratégias de inteligência dele - eu queria ser um terço desse líder". As manifestações do servidor no exercício do comando do destacamento da Guarda Civil Metropolitana de Campo Grande, não se coadunam com a ordem jurídica internacional, nem com a nacional, conforme consta da Declaração Universal dos Direitos do Homem, Resolução 1904 da ONU, da qual o Brasil é signatário; da Constituição Brasileira, artigo 5º, caput, e da Lei nº 9096/1989, que interdita a defesa do nazismo. No Brasil é crime fazer apologia ao nazismo, e isso está previsto no artigo 20, da Lei nº 7.716 do Código Penal. Ainda na degravação podemos citar que Anderson elogiou Hitler e disse que o admira, "infelizmente quando mexe com pessoas, seres humanos, cada um pensa de um jeito, eu tenho a minha consciência, fizeram até videozinho meu aí na internet, me chamando de Hitler, eu até admiro Hitler, porque foi um cara inteligente". Então, se esse senhor não tem conhecimento da história, é bom lembrar que nas décadas de 1930 e 1940, Hitler pregava o nazismo como ideologia pautada na execução de povos e indivíduos que poderiam contaminar a presumida pureza da raça ariana, e essa prática virou política de estado na Alemanha e nos países invadidos pelo ditador. Viraram alvos e eram assassinados negros, gays, pessoas com deficiência física ou mental, além de milhões de judeus, em um período na Segunda Guerra Mundial, conhecido como holocausto. Esse foi o termo utilizado para designar o genocídio ou assassinato, em massa, de cerca de seis milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial, no maior genocídio do século XX, através de um programa sistemático de extermínio étnico, patrocinado pelo estado nazista, liderado por Adolf Hitler. Por isso nós estamos aqui pedindo ao Ministério Público Estadual, providências no sentido de responsabilizar esse senhor que tem ainda a responsabilidade de chefiar a Guarda Civil Metropolitana de Campo Grande. Eu admiro que até agora a prefeita de Campo Grande não o tenha afastado do cargo e apurado essa grave denúncia. Também, senhor presidente, eu quero aqui apresentar uma moção de apoio. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada uma moção de apoio ao presidente da Câmara, deputado Arthur Lira, e à deputada Federal Érica Hilton, do PSOL de São Paulo, pelo projeto de emenda constitucional de sua autoria. A deputada Érica Hilton apresenta uma proposta de emenda constitucional que propõe o fim da escala de trabalho seis por um, na qual o trabalhador tem apenas um dia de folga a cada seis dias de trabalho. Essa proposta teve início com a mobilização do movimento Vida Além do Trabalho (VAT), liderada por Rique Azevedo, vereador do PSOL mais votado do Rio de Janeiro nas eleições de 2024, no Brasil. Segundo a deputada Érica Hilton, a PEC teve ainda o endosso de um milhão e trezentas mil pessoas que assinaram uma petição pública em apoio ao projeto. Essa PEC pretende mudar as regras estabelecidas na Constituição Federal e nas leis trabalhistas criadas ainda durante o governo Getúlio Vargas, em 1943. O texto da CLT estabelece que a duração do dia trabalhado não pode superar oito horas, já a jornada semanal deve se limitar à quarenta e quatro horas. Desde que foi instituída, a CLT autoriza que essas horas trabalhadas sejam na escala de seis dias consecutivos de trabalho e um dia de descanso semanal. Na Constituição também é estabelecido o repouso semanal remunerado e recomenda-se que ele seja concedido preferencialmente aos domingos. Apesar das diversas mudanças implementadas na CLT, incluindo a reforma trabalhista



de 2017, no governo Michel Temer, esse trecho no qual é permitida a escala seis por um, não foi alterado. A PEC, de autoria da Érica Hilton, pretende modificar o texto, abolindo o modelo de contratação com escala na qual o trabalhador tem apenas um descanso semanal para seis dias consecutivos de trabalho. Os trabalhadores têm sua condição de saúde mental afetada por essa lógica do trabalho seis por um, já outros países do mundo mais desenvolvidos que o nosso, sem essa lógica escravocrata, já avançaram nessa política. Ninguém tem a resposta se será quatro por dois, quatro por um, mas o que nós queremos é trazer esses trabalhadores precarizados a esta Casa para discutir, disse a deputada Érica Hilton. Senhor presidente, quero apresentar uma moção de congratulação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao escritor quadrinista e artista visual Olímpio Leme, pelo lançamento do livro "Garcia - Luta, Fé e Justiça", ocorrido no último dia 7 de novembro, na sede do Sindicato dos Bancários de Campo Grande. Era o que tinha.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicano) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados e a todos que nos assistem pela TV Assembleia. Trago nesta manhã uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o clendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de estado de Infraestrutura e Logística (Seilog), ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), solicitando que seja realizada a construção de uma passarela de pedestres na MS-156, além da instalação de iluminação pública adequada ao longo da via, entre os bairros Deoclécio Artuzzi e Jardim Guaicurus, no município de Dourados. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente a esse gabinete parlamentar pelo senhor Agnaldo de Aguiar, presidente da Associação de Moradores do Residencial Harrisom de Figueiredo, e pela senhora Genilza Palhano, presidente da Associação de moradores do Jardim Guaicurus. Essa rodovia é marcada por um elevado fluxo de veículos, incluindo tanto automóveis de passeio, quanto veículos de carga pesada, e tal condição aumenta a dificuldade e o risco de circulação para os moradores dos bairros situados em ambos os lados da via. A travessia segura da rodovia é um desafio diário, e a ausência de iluminação eficiente agrava ainda mais essa situação, principalmente no período noturno quando a visibilidade é reduzida. As passarelas possibilitariam uma passagem segura e reduziria o risco de acidente, além de permitir uma circulação mais acessível para todos, incluindo crianças, idosos e trabalhadores. É só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha nesta Casa de Leis, público que nos acompanha por meio da TV e Rádio Alems, aos aposentados e pensionistas que sempre estão aqui nessa luta. Eu creio que vocês já avançaram muito, mas ainda há muito que avançar e nós somos parceiros de vocês, pois sabemos que é uma luta justa e democrática. Eu trago uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, Eduardo Riedel, ao vice-governador, José Carlos Barbosa,



ao senhor Guilherme Alcântara, secretário do estado de Infraestrutura e Logística, solicitando a instalação de postes com luminárias de led, na rotatória localizada no entroncamento das rodovias MS-276 e MS-480, assim como a manutenção da sinalização horizontal e vertical. Essa rotatória liga o Mato Grosso do Sul aos estados de São Paulo e Paraná, é um ponto considerado estratégico para o tráfego interestadual, e a ausência de iluminação adequada na área, associada à péssima condição das placas de sinalização, tem provocado um elevado o risco de acidentes, especialmente durante o período noturno, uma vez que o trecho é extremamente escuro e isolado das áreas urbanas. A instalação das luminárias, o fortalecimento e a readequação dessa iluminação irá contribuir de forma significativa para a segurança dos motoristas e para quem realmente utiliza essa importante rotatória de acesso a esses estados vizinhos. Essa indicação é uma solicitação do senhor Raul Salvez e da senhora Ana Gabriela. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, Eduardo Riedel, ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, ao coronel Frederico Reis Pouso Salas, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando a implantação de um grupamento do Corpo de Bombeiros no município de Deodápolis, na região da Grande Dourados. Essa solicitação visa atender à demanda da comunidade de Deodápolis, dos distritos dos municípios vizinhos, já que hoje esse município e as demais cidades do entorno não contam com um grupamento como esse. Nós estamos vivendo situações de extrema urgência em Deodápolis, e no caso de incêndio, acidente de trânsito e demais ocorrências que exigem uma intervenção de forma rápida e eficaz, é preciso recorrer ao Corpo de Bombeiros de Dourados, que fica bastante distante. A implantação desse grupamento em Deodápolis é de extrema importância e irá beneficiar não apenas os moradores daquele município, mas também dos distritos, alguns deles bem distantes, como é o caso do distrito de Porto Vilma. Essa indicação é um pleito da população e do prefeito eleito de Deodápolis, Jean Gomes. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados, deputadas, senhoras e senhores, aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. De forma especial, quero cumprimentar os servidores inativos que continuam na sua luta pelo fim dos 14%, e dizer que podem contar com este deputado, porque eu também pago essa contribuição, mesmo estando aposentado. Senhor presidente, trago aqui uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada a moção de congratulação ao Hospital São Julião, na pessoa do seu presidente, senhor Carlos Augusto Melke, extensiva ao senhor Bruno Madalena, responsável pela política ambiental da instituição, e aos demais gestores, pelo troféu "Seriema", que é considerado um dos maiores prêmios do meio ambiente do Brasil, organizado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás. Esse é mais um reconhecimento à gestão de resíduos sólidos realizada pelo hospital, que há mais de oito anos foi implantada. Trata-se de uma iniciativa pioneira no Brasil e na América Latina, e por meio da coleta seletiva eficiente, compostagem de resíduos orgânicos e reaproveitamento de materiais, o hospital alcançou reconhecimento com o setor "Rumo ao Lixo Zero". Atualmente o hospital São Julião é a primeira unidade hospitalar do Brasil a atingir o índice de 82 % de desvio de resíduos sólidos do aterro sanitário. Senhor presidente, eu gostaria de me manifestar pela ordem.



**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Roberto Hashioka.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Tendo em vista que houve consenso na questão da eleição da Mesa Diretora, quero parabenizar o presidente Gerson Claro e os demais componentes da Mesa, que serão eleitos novamente. Quero dizer que essa união, essa maturidade, é muito importante para que a gente possa sempre contribuir para o desenvolvimento do estado de Mato Grosso do Sul. Senhor presidente, hoje é o Dia do Pantanal, e quero aqui fazer referência à senadora Teresa Cristina que colocou uma técnica para incluir o Pantanal sul-mato-grossense como patrimônio nacional, e pedir que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação dê prosseguimento. Eu fiz um projeto de lei que exige estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental para construção de rodovias no Pantanal, porque quando você mexe no ecossistema, há vários impactos na fauna, na flora e principalmente na questão dos vasos comunicantes, que é a água que circula de um lado pro outro dentro da maior bacia alagada do Brasil e do mundo. Então, a minha colocação é para que o nosso projeto de lei possa ter encaminhamento, visando garantir a proteção do Pantanal sul-mato-grossense. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço as palavras, nobre amigo deputado Roberto Hashioka. Com a palavra, o deputado Junior Mochi, ex-presidente da Assembleia Legislativa.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Senhor presidente, colegas deputados, quero cumprimentar a população que nos prestigia através da TV Assembleia, através das mídias sociais, e àqueles que nos prestigiam com suas presenças, de modo especial os aposentados que sempre estão aqui representando toda a categoria e que deram o melhor de si em favor do estado de Mato Grosso do Sul. Senhor presidente, faço uso da palavra para apresentação de uma indicação e duas moções. Indico à Mesa, observadas as normas regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rafael Vitalli Rodrigues, diretor-geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre, e ao senhor Euro Nunes Varanis Júnior, superintendente regional do Dnit, no estado de Mato Grosso do Sul, por cópias autônomas, solicitando providências urgentes na reinstalação de radares de controle de velocidade na BR-163, especialmente no trecho da travessia urbana da cidade de Bandeirantes, bem como a instalação emergencial de alternativas como quebra-molas até a retomada dos radares. A ausência de radares de velocidade tem contribuído para a ocorrência de acidentes graves, incluindo atropelamentos com vítimas fatais, como a última ocorrência datada do dia 06 deste mês que é um triste exemplo das consequências desta lacuna na segurança viária. O pleito encontra justificativa no pedido encaminhado ao meu gabinete por moradores do município de Bandeirantes.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) - Pela ordem, senhor presidente! Eu queria assinar com Vossa Excelência essa moção.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) – Eu acolho a sua assinatura com o maior prazer, e se todos estiverem de acordo, o encaminhamento dessa moção poderá ser da própria Casa.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (sem partido) - Eu também gostaria de assinar.



**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** - Vamos transformar pela Casa.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (sem partido) - É importante salientar, deputado Junior, o descaso com relação a esse perímetro urbano, lembrando que o prefeito já tinha feito o pedido há mais ou menos cinco meses, antes de acontecer esse trágico acidente. A CCR MSVia emitiu um parecer dizendo que iria fazer, mas não fez até hoje.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** - Havendo concordância dos demais pares, acolho os complementos e transformo da minha parte, sem nenhum problema, numa indicação pela Casa.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** - Já vou pedir providências à Mesa, senhor presidente.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** - Apresento também uma moção de pesar aos familiares e amigos pelo falecimento do senhor Rafael Luiz de Oliveira, falecido no último dia 06. Se aprovada, a presente moção poderá ser regida nos termos que seguem. E, por último, senhor presidente, na sequência do que disse o deputado Márcio Fernandes, quero cumprimentar a todos os laçadores de Mato Grosso do Sul, uma vez que é o esporte da família que envolve uma parte significativa do nosso estado, com trinta e três clubes, mais quarenta mil laçadores, lembrando que o laço comprido faz parte da nossa cultura. Hoje eu quero fazer uma moção de aplauso e ao mesmo tempo quero mostrar um vídeo de uma menina, a Alice, que com quatro anos já vencida no feminino, e agora, por último, ela participou do brasileiro de laço comprido como a mais nova amazona do Brasil, eu a conheci em Guia Lopes da Laguna. Então, para ilustrar "O Dia do Laçador", eu trago a mais nova amazona do Brasil, a mais nova laçadora, que desde os quatro anos de idade vem vencendo os circuitos, desde 2023. Eu faço aqui esse registro porque realmente o feito dessa menina tão jovem é digno de elogios. Parabéns a todos os laçadores e laçadoras do estado de Mato Grosso do Sul.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) - Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** - Bom dia, presidente, demais colegas, senhores e senhoras que prestigiam esta Sessão. De acordo com a última estatística do IBGE de 2022, divulgado em julho de 2023, o Mato Grosso do Sul possui duzentas e trinta e seis mil pessoas portadoras de deficiência, das quais 63% são classificadas com uma dificuldade funcional, enquanto os 36,9% restantes têm duas ou mais dificuldades funcionais. A maior parte das pessoas com deficiência tem entre sessenta e sessenta e nove anos, são 20,2%, em seguida vêm as pessoas com setenta e setenta e nove anos, 14,3%, e além desses fatores, existem outros que indicam a necessidade de investimento em políticas públicas para os PCDs em diversas áreas. Portanto, senhor presidente, eu apresento um projeto de lei, na mesma simetria que já virou lei no Piauí, a Lei nº 6.194/2012, e também na Câmara Municipal de Cuiabá, a Lei nº 6.605, de dezembro de 2020. Esse projeto de lei dispõe sobre o passe livre cultural que assegura acesso gratuito em eventos socioculturais às pessoas com deficiência do estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Conto com a CCJR e com a aquiescência dos demais vinte e três deputados no mérito desse projeto. Tenho certeza que isso permitirá que as mais de cento e trinta e seis mil



peessoas portadoras de deficiência tenham acesso à cultura, que é uma forma de promover a inclusão social. É o que tinha. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, senhoras e senhores. Quero apresentar uma indicação e um projeto de lei. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez Ramos, solicitando a instalação de um parquinho com cobertura, para atender a Escola Estadual Joaquim Vaz de Oliveira, localizada no distrito Indápolis, município de Dourados. Gostaria de apresentar também um projeto de lei que dispõe sobre a proibição do constrangimento ou embaraço aos vigilantes que se encontram no exercício da profissão, sob pena de multa que menciona, e dá outras providências. Justificativa anexa.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Senhor presidente eu tenho que fazer nesta Casa, a Vossa Excelência e à Mesa Diretora, a prestação de contas da minha viagem de três dias a Brasília, quando tive oportunidade de me reunir com os ministros do Desenvolvimento Social, senhor Wellington Dias, Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário, e Márcio Macedo, da Secretaria-Geral da Presidência da República. Naquela oportunidade, em nome desta Casa, afinal de contas eu estava a mando de Vossa Excelência e da direção da Mesa, eu tive a oportunidade de agradecer ao governo federal, na figura desses três ministros, a presença deles aqui quando do debate sobre o problema do flagelo da seca e do fogo nos assentamentos rurais, do atendimento imediato com relação à prestação de serviço na distribuição das cestas de alimentos nos assentamentos atingidos pela seca e pelo fogo, e ao mesmo tempo, negociar os pontos da reunião que Vossa Excelência participou. Encaminhamos a renegociação dos agricultores da agricultura familiar, penalizados pela seca e pelo fogo, bem como os recursos necessários para a perfuração de poços artesianos. Tive a oportunidade de discutir com a Secretaria-Geral da Presidência da República, não pude conversar com o presidente Lula, ocupado com a definição dos cortes no orçamento dos gastos públicos, mas ponderei, Paulo Corrêa, a importância e a urgência que tem o governo federal de criar mecanismos para fiscalizar, controlar, auditar os programas sociais como Bolsa Família, como DPC, como o Minha Casa Minha Vida, como o Auxílio-Gás, como o Pé-de-Meia, programas importantíssimos, deputado Londres Machado, que infelizmente estão sendo manipulados pela maioria dos prefeitos de direita, das primeiras-damas e/ou encarregados, para eleitoralmente usufruir de programas que não têm essa finalidade. Portanto estou dizendo a Vossa Excelência, à Mesa, da importância desses três dias lá em Brasília. Em São Paulo, me encontrei com o presidente do Paraguai, levei dele, através da Secretaria-Geral, um convite para que Lula venha a se encontrar com o presidente do Paraguai em Porto Murtinho, numa fiscalização técnica da obra da ponte sobre o rio Paraguai, e também na entrega de cinco mil títulos da reforma agrária aos assentados da Itamarati e de outros assentamentos. Quero dizer a Vossa Excelência que quando saí do governo, em 2007, fui vítima da mais brutal perseguição política, por parte do Ministério Público, aliás, por parte do Sottoriva, que a mando de um político famoso aqui do estado, judicializou doze ações cíveis e doze penais, fazendo um terror na minha vida, sem nenhum



elemento de prova, aterrorizando minhas filhas menores, minha família, e eu quieto, dei conta de responder todas elas. Hoje eu tenho uma ação de ressarcimento, no STJ, de trezentos mil de indenização pelo que me causaram e quero imputar isso, no momento oportuno, também ao Sottoriva. Quero dizer que a justiça divina tarda, mas chega, e eis que agora o Sottoriva está sendo investigado nessa confusão do afastamento de desembargadores, de conselheiros. Eu levei pessoalmente a denúncia, pedindo que seja aberta uma investigação no Conselho Nacional do Ministério Público, para que seja colocado na rua o Sottoriva, pelo mal que tem causado ao Ministério Público e ao povo deste estado. É bom que o Sottoriva esteja me escutando, porque vai ter pagar com juros e correção monetária o que fez a mim e a outras pessoas, com prova forjada, a mando, insisto, de um político famoso que queria me criminalizar. Portanto, senhor presidente, eu presto conta da minha ida à Brasília e falo do mal que o Sottoriva fez. Por fim, quero comunicar que no dia 22, às sete e trinta, o governador Eduardo Riedel irá receber o ex-senador do Acre, Sibá Machado, hoje uma das principais figuras da Sudam, que tem uma experiência extraordinária de como fomentar a agricultura familiar. Ele vem fazer uma palestra, aqui na Assembleia, para a Superintendência da Conab, do Incra, do MDA, do MLT, para acelerarmos o processo e os mecanismos de criar garantias para os financiamentos do Pronaf, para que os bancos nunca mais se recusem a atender o agricultor da agricultura familiar. Portanto, senhor presidente, para concluir, toda força para punir o Sottoriva, segundo, grato por cumprir agenda de Brasília, e terceiro, para convidar os deputados para a reunião do dia 22, de manhã, nesta Casa, com a presença do ex-senador Sibá Machado. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Eu quero comunicar aos senhores deputados que fui designado pela presidência para representar esta Casa na Feira Paraguai/Brasil, que aconteceu nos dias 06 e 07 próximo passado. Eu não tive tempo de fazer a consulta, mas sei que Vossa Excelência é uma pessoa que atende a todos, passei o seu celular para o ministro Javier, da Indústria e Comércio do Paraguai, que, em nome do presidente Santiago Penã, convidou o senhor para estar conosco na feira, comentou sobre o encontro que teve com Vossa Excelência no gabinete do presidente Lula. Quero dizer que acertaram entre si e no próximo dia 17 de fevereiro vamos receber uma visita oficial do presidente Lula e do presidente Santiago Penã, em Carmelo Peralta, Porto Murtinho, uma agenda produtiva de serviço.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Assinatura?

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Isso.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Em torno da terra indígena de Antônio João.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Perfeitamente.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agora ela não é mais a ponte sobre o rio Paraguai, é Ponte Heitor Miranda dos Santos. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Senhor presidente, senhores deputados e deputadas, atendendo ao pedido do deputado Caravina e da deputada Lia Nogueira, vou ser conciso nesta indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja



encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, ao secretário de estado de Saúde, senhor Maurício Simões, e à secretária de estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos, senhora Patrícia Elias Cozolino de Oliveira, solicitando que seja realizado estudos de viabilidade técnica para instalação de salas de apoio a amamentação em órgãos públicos do governo estadual. Justificativa anexa.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado estadual Lidio Lopes.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro, nobres pares, a todos que nos honram com a sua presença neste Plenário e também a quem nos assiste através da TV Assembleia. Senhor presidente, eu quero fazer uma indicação e uma moção de congratulação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de estado de Infraestrutura e Logística (Seilog), e ao Senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão Empreendimentos (Agesul), solicitando estudos para manutenção e recuperação com Operação Tapa-Buraco na MS-270, no trecho que liga o distrito de Itahúm ao município de Dourados. A presente indicação encontra justificativa em reivindicações dos moradores que utilizam a rodovia supracitada e padecem com seu precário estado de conservação, visto que essa é uma rodovia bastante acessada pelas pessoas que vão para a região fronteiriça, saindo de Dourados, passando por Itahúm, indo para Ponta Porã, principalmente o pessoal do escoamento de safra. Requeiro à Mesa, após ouvido o colendo plenário, nos termos do que dispõe o Regimento Interno desta Casa, que seja encaminhado moção de congratulação à amazona Alanis de Carvalho Gomide, pela convocação para representar a Federação Sul-Mato-Grossense de Hipismo, na Copa Brasil, que acontecerá na Sociedade Hípica Paulista, nos dias 12 a 15 de dezembro do corrente ano, em São Paulo. Se aprovada, a moção poderá ser redigida nas seguintes termos: "Os membros da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, representados pelo deputado Estadual Lidio Lopes, parabeniza a amazona Alanis de Carvalho Gomide, pela convocação para representar a Federação Sul Mato-Grossense de Hipismo, na Copa do Brasil". Com grande orgulho e admiração parabenizamos a talentosa atleta pela sua convocação que é um reflexo do seu empenho, dedicação e competência do esporte. Alanis tem se destacado no cenário equestre pela sua habilidade, disciplina e paixão pelos cavalos, tornando-se um exemplo para os jovens da nossa sociedade e do nosso estado. Sua convocação para representar o Mato Grosso do Sul é motivo de grande alegria e uma prova de que com esforço e persistência é possível alcançar grandes conquistas. Ela não só leva o nome do nosso estado para os maiores palcos, como também nos inspira a seguir nossos sonhos com determinação, visto que o esporte é uma ferramenta de transformação. Essa oportunidade é apenas o início de muitos outros sucessos e que sua trajetória continue sendo marcada por vitórias, superações e a realização de seus objetivos. A população de sul-mato-grossense se orgulha de contar com uma representante tão talentosa e dedicada em nossa comunidade. Parabéns, Alanis! Que a Copa do Brasil 2024 seja um grande marco em sua carreira e que você continue nos inspirando a conquistar nossos próprios desafios. A Alanis é uma amazona que eu conheço desde pequena quando ela iniciou no hipismo, é uma grande atleta que tem se dedicado a vencer grandes desafios, no Mato Grosso do Sul, uma campeã sul-mato-grossense que tem feito um belo trabalho e agora está sendo convocada para representar Mato Grosso do Sul em São Paulo. Quero parabenizar a mãe da Alanis, que é a jornalista responsável pela minha comunicação, a Solange Gomide, e desejar sucesso para Alanis



que muito bem representa o estado de Mato Grosso do Sul. É o que tinha, senhor presidente, Obrigado. Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Só transmitir as felicitações a todos peões laçadores do Mato Grosso do Sul, pelo "Dia do Peão do Laço Comprido". Eu tenho uma atuação muito forte na Federação do Laço Comprido do Mato Grosso do Sul, participo da Grupo C, na região do Cone Sul, deputado Paulo Corrêa, em todos os eventos, em todos os clubes, e tenho incentivado e colaborado muito com laço comprido do Mato Grosso do Sul. Obrigado. .

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lucas de Lima.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (sem partido) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados, senhores que estão presentes hoje nesta Casa de Leis. Eu tenho uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, com cópias ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística (Seilog), solicitando o encascalhamento e patrolamento da MS-145, trecho esse que liga Jateí a Naviraí. A situação é de extrema dificuldade em dias de chuva e em apoio às comunidades locais e aos produtores rurais estabelecidos entre Jateí a Naviraí, pedimos providências ao governo do estado quanto à possibilidade do patrolamento, encascalhamento e pavimentação daquele segmento, medidas que proporcionarão as esperadas melhorias na infraestrutura viária, garantindo, assim, a segurança de quem trafega pela estrada. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, Adriane Nogueira Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura, senhor Ednei Marcelo Miglioli, solicitando o patrolamento e encascalhamento na rua Marquês de Leão, 652, bairro Parque Novos Estados, nesta capital. Tal solicitação se faz necessária devido às fortes chuvas que vêm acontecendo, dificultando a passagem dos moradores. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria do deputado Coronel David: uma moção de congratulação (Prot. nº 03623/2024). De autoria do deputado João Henrique: uma indicação (Prot. nº 03616/2024). De autoria do deputado Caravina: duas indicações (Prot. nºs 3634/2024, 03613/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 03617/2024); um projeto de lei (Prot. nº 3622/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: três indicações (Prot. nºs 3621/2024, 03620/2024, 3619/2024); um requerimento (Prot. nº 03618/2024). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nº 03640/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 03635/2024). De autoria do deputado Lucas de Lima: três indicações (Prot. nºs 3628/2024, 03627/2024, 3626/2024). De autoria do deputado Neno Razuk: uma indicação (Prot. nº 03625/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma projeto de resolução (Prot. nº 03615/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: quatro indicações (Prot. nºs 3636/2024, 3610/2024, 3611/2024, 03639/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 3637/2024); uma moção de apoio (Prot. nº 03638/2024). De autoria do deputado Professor Rinaldo: um projeto de lei (Prot. nº 03631/2024). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 03633/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: uma moção de pesar (Prot. nº 3612/2024).



De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma moção de congratulação (Prot. nº 3632/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 03630/2024); um projeto de lei (Prot. nº 03629/2024).). São dez horas e cinquenta e cinco minutos. Foi suprimido o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**, mas antes, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Senhor presidente aconteceu um lapso aqui na hora que eu fui ler as minhas indicações, e acabei esquecendo de ler a indicação que foi citada pelos moradores do município de Ponta Porã. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado o expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Rossi Maiorchinio, diretor-presidente da Agepen, solicitando a reconstrução do muro lateral do estabelecimento prisional penal Ricardo Brandão, localizado no município de Ponta Porã. Conforme informações repassadas por moradores do município, o muro lateral do estabelecimento penal desabou no último dia 7 de novembro e a situação preocupa a população, tendo em vista que o presídio está localizado dentro da área central da cidade, sendo próximo, inclusive, de hospitais e universidades onde há intenso fluxo de pessoas. Esse é um estabelecimento penal de segurança média, destinado a presos condenados do sexo masculino, que cumprem pena em regime fechado, deixando a população temerosa, fazendo-se necessária, portanto, a imediata reconstrução do muro lateral da unidade, de modo a garantir a segurança e a tranquilidade da população local. Era isso. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Convido o deputado Pedro Kemp para retornar à Mesa. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o primeiro-secretário sobre o quórum para deliberação.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — A deputada Gleice Jane está em missão oficial em Corumbá hoje.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Sim, eu justifiquei a ausência dela no início da Sessão. Ela está participando de um seminário sobre as queimadas no Pantanal e os impactos na vida das comunidades tradicionais ribeirinhas, no Dia do Pantanal.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta sessão. Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 129/2024. Autor: deputado Junior Mochi. "Obriga as operadoras de planos de saúde que atuam no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, a notificar os usuários, prévia e individualmente, sobre o descredenciamento de hospitais, clínicas, laboratórios, médicos e assemelhados, bem como sobre novos credenciamentos". A Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Marcio Fernandes. A Comissão da Saúde emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator, o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Justificativa de voto, senhor presidente.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Para justificar o voto, o deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — O projeto de lei que está sendo votado agora, obriga as operadoras de planos de saúde a comunicar e notificar prévia e individualmente sobre o descredenciamento de clínicas e laboratórios, para que o usuário não passe vergonha ao chegar no local e estar descredenciado.

Projeto de Lei nº 129/2024, de autoria do deputado Junior Mochi.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (sem partido) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Sim.



**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 182/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 35/2024. "Ratifica o acréscimo de dispositivo ao Protocolo de Intenções do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central, ratificado e publicado com a Lei nº 4.755, de 5 de novembro de 2015". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Lucas de Lima. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Lídio Lopes. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 182/2024, de autoria do Poder Executivo.

**Presidente** - deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** - deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** - deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) - Sim.**

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB) - Sim.**

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) - Sim.**



**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) - Sim.**

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) - Sim.**

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) - Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) - Sim.**

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) - Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) - Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) - Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) - Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) – Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) - Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) - Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) - Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) - Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) - Sim**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) - Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) - Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) - Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 188/2024. Autor: Poder Executivo. "Autoriza o estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Poder Executivo estadual, a doar, com encargos, ao município de Amambai, o imóvel de sua propriedade que especifica, e dá outras providências". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. A Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária emitiu parecer favorável, por



unanimidade, tendo como relator o deputado Neno Razuk. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 188/2024, de autoria do Poder Executivo.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (sem partido) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Sim.



**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Sim.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Sim

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Sim.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 199/2024. Autor: Poder Judiciário. "Altera dispositivos da Lei nº 3.687, de 9 de junho de 2009 - Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, para criar a função de confiança secretário da câmara". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Enquanto estamos em votação, gostaria de registrar e agradecer a presença da Maria Eduarda Nogueira, estudante e filha da deputada Lia Nogueira, que visita esta Casa. A deputada Lia está vestida de verde, mas é corinthiana. Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 199/2024, de autoria do Poder Judiciário.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.



**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.**

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.**

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 5. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 215/2024. Autor: deputado Caravina. "Inclui no Calendário de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul o Dia Estadual da Mulher Instrumentista". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão...



**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Para discutir, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Senhor presidente, o "Dia Estadual da Mulher Instrumentista" foi criado a partir de um evento que fizemos aqui, no mês de agosto, para homenagear e prestigiar as mulheres instrumentistas com a Medalha Helena Meireles. E atendendo ao pedido e vendo a importância de enaltecer essas mulheres musicistas e instrumentistas do nosso estado, nós criamos o "Dia da Mulher Instrumentista", para acontecer também no mês de agosto, dando uma sequência naquele projeto que foi feito com a Medalha Helena Meirelles. Então, eu peço o voto dos nobres pares, para que a gente possa criar essa homenagem a todas as mulheres musicistas que levam essa música para todo canto do Mato Grosso do Sul. Era isso, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 215/2024, de autoria do deputado Caravina.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos)** — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB)** — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB)** — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota)** — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP)** — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido)** — Sim.



**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 6. Em discussão única. Uma indicação, duas moções de aplauso e quatro moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Item 7. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Roberto Hashioka, em razão do falecimento do Senhor Ademir Ezequiel de Almeida; proposta pelo deputado Roberto Hashioka, em razão do falecimento da senhora Aparecida Alves Ortega. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Senhores deputados, amanhã todos convocados para eleição da Mesa - Biênio 2025/2026. Registramos e agradecemos a presença do senhor Rodrigo Fróes, vereador do município de Porto Murtinho. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador —** Senhor presidente, senhores deputados, eu apresentei hoje uma moção de apoio à proposta de emenda constitucional, de autoria da deputada Erika Hilton, de São Paulo, que está propondo a redução da jornada de trabalho dos trabalhadores brasileiros e o fim da chamada escala seis por um. Explicando melhor sobre essa proposta, eu queria dizer que ela surgiu a partir de uma iniciativa do vereador Rick Azevedo, eleito pelo PSOL, no Rio de Janeiro, que propõe o fim dessa escala de trabalho em que o trabalhador trabalha seis dias corridos na semana e tem um dia de folga, que hoje é previsto na



CLT. Surgiu daí um movimento chamado movimento Vida Além do Trabalho (VAT), que pretende fazer aquilo que é um anseio antigo da classe trabalhadora no Brasil e no mundo, que é a redução da jornada de trabalho e a possibilidade de os trabalhadores terem vida além do trabalho, ou seja, também é importante que haja tempo disponível para a família. Penso que os defensores da família deveriam abraçar essa proposta para que os trabalhadores tenham mais tempo de convivência com os filhos, em casa, tempo para o lazer, tempo para o estudo, tempo para fazerem cursos de aperfeiçoamento, para que possam ter a oportunidade de ter vida além do trabalho. No mundo todo já existe esse movimento e essa discussão da redução da jornada de trabalho, até porque, o avanço tecnológico, a inserção da tecnologia no mundo do trabalho permite hoje novas formas de trabalho, como por exemplo, o trabalho remoto, chamado Home Office. É possível também inserir a tecnologia da informação nas relações de trabalho para você inovar e fazer muito mais em menos tempo, otimizando o tempo do trabalhador nas fábricas, nas indústrias, nos escritórios, em todas as repartições públicas. Então, é possível hoje discutir a redução da jornada de trabalho, sem a redução de salário, e a possibilidade de garantir aos trabalhadores mais qualidade de vida. O que nós temos hoje em várias situações de emprego é um trabalho estafante, estressante, um trabalho em que o trabalhador tem apenas um dia na semana de folga. A prioridade é para o domingo, mas há situações em que trabalhador do shopping center, o trabalhador de uma pizzaria, trabalha sábado, domingo, às vezes folga na segunda-feira, na terça-feira, na quarta-feira, dia em que a família toda está fora de casa, os filhos estudando, a mulher trabalhando. Então, é preciso que a gente aprofunde esse debate. Eu vejo que a PEC apresentada pela deputada Érica Hilton, serve para provocar e estimular um debate na sociedade, inclusive o presidente Lula já se manifestou e quer aprofundar essa discussão com os empresários, com os trabalhadores, pode até não ser da forma como está sendo pensada, que seria quatro dias trabalhados e três dias de folga, pode ser que seja cinco dias trabalhados, dois de folga, como já faz uma grande parte dos trabalhadores, folgando no sábado e no domingo, trabalham, portanto, de segunda a sexta. Então é uma proposta intermediária, é uma discussão que já está nas redes sociais, muita gente fazendo esse debate e acredito que nós aqui da Casa também temos que nos manifestar e fazer essa discussão. Hoje nós temos que discutir aquilo que vários países já implementaram, como as experiências de países da Europa, por exemplo na Holanda se trabalha quatro dias e folga três. Nós podemos buscar formas alternativas e intermediárias a essa proposta, mas o importante é fazer o debate de que é preciso ter vida além do trabalho e não trabalhar o tempo todo, buscar o sustento da família e não ter como usufruir do seu trabalho nas atividades de cultura, de lazer, de esporte, de aprimoramento pessoal e profissional.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Permita-me um aparte, deputado?

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Eu acredito que o tempo daquele trabalho estressante que nós já vivemos no país, inclusive trabalho infantil, trabalho degradante, tem que ficar no passado. Concedo-lhe o aparte, deputado.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Deputado Pedro Kemp, eu concordo em número e grau com o que está Vossa Excelência dizendo, já que o setor público não tem exigência de trabalhar no sábado, porque é fechado, o funcionário público já tem o sábado e o domingo, mas para a enfermagem, o médico, por exemplo, é muito perigoso fazer uma lei generalizada. Eu acho que nós tínhamos que discutir através dessa emenda constitucional, o meio rural, mesmo porque se uma lei dessa for aprovada, ela será contra o setor. Por exemplo, quando você vai plantar, tem uma exigência, mas quando termina de plantar, os funcionários têm a folga. Se chover uma



semana, o funcionário não trabalha e não pode descontar nada na folha. Então, essa lei generalizada no país pode causar mal entendido em algum setor. Agora, quanto ao setor público eu acho que já existe cinco por dois, porque o sábado e domingo não tem movimento no Executivo e nem no Judiciário, por exemplo. No meu ponto de vista, essa é uma lei que precisa ser avaliada para não ser generalizada. Muito obrigado pelo aparte.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — É exatamente isso que a gente está propondo aqui, deputado, o debate, para discutir todas as situações dos setores produtivos, discutir a questão do serviço público, a questão do comércio, da prestação de serviços. Eu acho que já está surtindo efeito aquilo que a deputada Érika Hilton está propondo. O deputado Zé Teixeira acabou de se manifestar e penso que outros setores também devem se manifestar em torno dessa questão nesse momento de debate nacional, porque não estamos mais no século XVIII da Revolução Industrial, do século XIX, em que o trabalhador era submetido à jornadas de trabalho em que eram praticamente escravos. Eu, por exemplo, fiz a minha dissertação de mestrado sobre o trabalho infantil, sobre a exploração do trabalho infantil e o fenômeno dos meninos de rua depois no século XX, mas pesquisando a questão do trabalho infantil na época da Revolução Industrial, as crianças eram levadas para dentro das fábricas junto com as mulheres, com os pais, havia uma superexploração da mão de obra. A partir de então, começaram a ser discutidas as leis para regular o trabalho, primeiro proibindo o trabalho das crianças muito pequenas nas fábricas, nas indústrias, depois a regulamentação do trabalho das mulheres, e a gente avançou. Em 1943, chegamos em Getúlio Vargas, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), depois João Goulart introduziu o 13º salário, fomos avançando, e o que a gente quer hoje, numa época de revolução tecnológica, numa época em que a tecnologia da informação está sendo inserida no mundo do trabalho cada vez mais, é que esses avanços estejam a serviço da qualidade do trabalho e da qualidade de vida dos trabalhadores. Então, nós temos que avançar, penso que a nossa lei já é anacrônica quando propõe uma jornada semanal de trabalho de quarenta e quatro horas, sendo que o trabalhador trabalha oito horas por dia durante a semana e quatro horas no sábado. Isso poderá ser modificado com esse projeto de emenda constitucional da deputada Érika Hilton, para que a gente tenha uma jornada de trabalho menor e a possibilidade do trabalhador usar o seu tempo livre para estar com a família, para investir na cultura, no lazer, no aprimoramento profissional e naquilo que ele quiser fazer. Eu penso que o projeto que está em debate hoje é de extrema relevância, no Brasil, e a nossa Casa deve se manifestar para contribuir com o aprofundamento dele. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência, mantendo a convocação para a eleição da Mesa Diretora, declara encerrada a presente sessão (11h22min).